

EDITAL
DELIBERAÇÕES APROVADAS EM MINUTA
REUNIÃO DE CÂMARA DE 07/08/2026

José Rodrigues Paredes, Presidente da Câmara Municipal de Alijó, nos termos e para efeitos do disposto do número 1 no artigo 56.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, torna públicas as deliberações aprovadas pelo Executivo Municipal na reunião Ordinária de Câmara de 07/08/2026.

1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Ponto 1.1 – Presente Ata n.º 15/2026 de 24 de julho.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, não tendo participado na votação a Vereadora Ana Filipa Fonseca por não ter estado presente na reunião.

2. DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Ponto 2.1 – Presente o resumo diário da tesouraria referente ao dia 2026/08/03, apresentando um total de disponibilidades de 9.851.508,77€, sendo 8.403.710,84€ de dotações orçamentais e 1.447.797,93€ de dotações não orçamentais.

Deliberação: tomado conhecimento.

Ponto 2.2 – Presente informação DAF/CTBPAT/sUOF-CP/724 propondo a 21.ª alteração aos documentos previsionais de 2026 – permutativa.

Deliberação: tomado conhecimento.

Ponto 2.3 – Presente informação DAF/CTBPAT/sUOF-CP/731 propondo a 22.ª alteração aos documentos previsionais de 2026 – permutativa.

Deliberação: tomado conhecimento.

Ponto 2.4 – Presente informação DAF/CTBPAT/sUOF-CP/734 propondo a 23.ª alteração aos documentos previsionais de 2026 – permutativa.

Deliberação: tomado conhecimento.

3. DIVISÃO DE ESTRATÉGIA E EMPREENDEDORISMO

Ponto 3.1 – Presente informação DEE/sUOF-AAEE/530 propondo o pagamento de indemnizações pelos prejuízos causados por javali.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, o pagamento das indemnizações de prejuízos causados pela espécie “javali”, referente à Zona de Caça Municipal, conforme anexo à informação.

Mais foi deliberado aprovar como data-limite para pagamento das indemnizações o dia 27 de novembro de 2026, sendo que os pagamentos superiores a 100€ se processam por transferência bancária e os inferiores àquele montante por levantamento na tesouraria da Câmara Municipal.

Ponto 3.2 – Presente informação DEE/UPTP/708 propondo o pagamento do passaporte Douro e a participação na BTL2023 à Comunidade Intermunicipal do

Douro, no valor de 1.472,83€.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, o pagamento e competente transferência à Comunidade Intermunicipal do Douro, no valor de 1.472,83€, correspondente ao Passaporte Douro e à participação do Município de Alijó na BTL 2023.

4. DIVISÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO, SAÚDE, DESPORTO E JUVENTUDE

Ponto 4.1 – Presente informação DCED/2026/715 referente a apoio logístico apresentado pelo Clube Pinhoense de Caça e Pesca, consubstanciado na frequência a título gratuito da Piscina Municipal Exterior, no dia 29 de julho de 2026, entre as 09h30 e as 12h30.

Deliberação: ratificado, por unanimidade, o ato praticado pelo Presidente da Câmara em 28/07/2026, autorizando a utilização a título gratuitos das piscinas municipais, ao abrigo do n.º 3 do art.º 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual.

5. DIVISÃO DE URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Ponto 5.1 – Presente pedido de emissão de Dispensa de Autorização de Utilização do prédio urbano descrito no artigo matricial com o número 277 de Vale de Mendiz. Contém proposta de indeferimento.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, o indeferimento do pedido de emissão de Dispensa de Autorização de Utilização, conforme informação e fundamentação técnica.

6. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ponto 6.1 – Presente informação DDS/2026/722 referente ao concurso para atribuição de seis fogos de habitação social, em Pegarinhos, Pinhão e Sanfins do Douro – aprovação da Lista Ordenada Definitiva.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a Lista Ordenada Definitiva. Mais foi deliberado integrar o fogo devoluto no procedimento concursal e autorizar a atribuição dos dois fogos habitacionais, nos termos propostos.

Foram solicitados esclarecimentos à Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social, que serão transcritos na Ata n.º 16/2026, de 7 de agosto.

Ponto 6.2 – Presente informação DDS/2026/716 propondo a celebração de protocolo de cooperação entre o Município de Alijó e a Associação Just a Change – Medida de Recuperação de Habitações de Famílias Carenciadas e a atribuição de uma comparticipação financeira de 25.000,00€. Contém minuta do protocolo.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a celebração do protocolo de cooperação e a atribuição da comparticipação nos termos propostos. Mais foi deliberado aprovar a minuta do protocolo.

Ponto 6.3 – Presente informação DDS/2026/595 propondo a atribuição de um apoio financeiro à Associação Bagos D'Ouro para o ano de 2026, no valor de 7.200,00€ e a tomada de conhecimento da execução do protocolo de colaboração.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a atribuição de um apoio financeiro à Associação Bagos D'Ouro, nos termos e valores proposto na informação técnica. O Executivo Municipal tomou conhecimento da execução do protocolo de colaboração.

Ponto 6.4 – Presente informação DDS/2026/745 propondo a atribuição de apoio pontual a agregado em situação de vulnerabilidade social, no valor de 694,02€.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a atribuição de apoio pontual a agregado em situação de vulnerabilidade social nos termos e valores proposto na informação técnica.

7. UNIDADE DE CONTROLO INTERNO E JURÍDICO

Ponto 7.1 – Presente comunicação da Associação de Municípios de Vale do Douro Norte remetendo a sentença judicial do TAF de Mirandela proferida no âmbito da ação administrativa n.º 458/18.1BEMDL e nota de transferência, no valor de 11.330,00€ para pagamento. Contém informação jurídica.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, o pagamento da parte correspondente ao Município de Alijó, no valor de 11.330,00€ no âmbito da ação administrativa, conforme informação jurídica.

Ponto 7.2 – Presente informação 2026/UCIJ – 706 referente ao pedido de apoio técnico e jurídico apresentado pela Junta de Freguesia de Sanfins do Douro, ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a atribuição do apoio não financeiro, à Junta de Freguesia de Sanfins do Douro, de natureza técnica e administrativa, nos termos propostos. Mais foi deliberado submeter à Assembleia Municipal, para aprovação da atribuição do apoio, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 10.º, n.º 1, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias.

Ponto 7.3 – Presente informação 2026//UCIJ – 714 referente à aprovação de trabalhos complementares da empreitada «Reabilitação dos Bairros Sociais - Lote 5 - Conjunto Habitacional de Favaio - Bairro do Sol» e posterior ratificação pela Câmara Municipal.

Deliberação: ratificado, por unanimidade, o ato praticado pelo Presidente da Câmara em 27/07/2026, ao abrigo do n.º 3 do art.º 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual. Mais foi deliberado aprovar a errata anexa à informação, referente à retificação da deliberação constante do ponto 5.1 da ata em minuta n.º 15/2026, da reunião ordinária de 24 de julho de 2026, ao abrigo do artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo.

Ponto 7.4 – Presente pedido de emissão de parecer favorável relativamente à constituição de propriedade dos prédios rústicos denominados “Felgueiras”, com os artigos matriciais rústicos 265 e 267 da freguesia de Sanfins do Douro. Contém parecer jurídico n.º 30/2026.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a emissão de parecer favorável à constituição de propriedade, nos termos e fundamentos do parecer jurídico.

Ponto 7.5 – Presente pedido de emissão de parecer favorável relativamente à constituição de propriedade dos prédios rústicos denominados “Lama do Lagar”, com os artigos matriciais rústicos 2393, 818 e 819 da freguesia de São Mamede de Ribatua. Contém parecer jurídico n.º 29/2026.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a emissão de parecer favorável à constituição de propriedade, nos termos e fundamentos do parecer jurídico.

Ponto 7.6 – Presente pedido de parecer relativo a emparcelamento rural – isenção de IMT e Imposto do Selo – nos termos do n.º 6 do artigo 51.º da Lei n.º 111/2015, dos prédios rústicos inscritos na matriz predial rústica da freguesia e concelho de Alijó sob os artigos 408 e 3348. Contém parecer jurídico n.º 31/2026.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a emissão do parecer favorável, nos termos e fundamentos do parecer jurídico.

8. UNIDADE DE RECURSOS HUMANOS, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ARQUIVOS

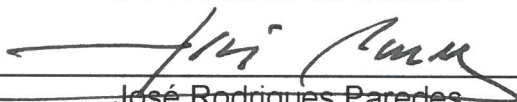
Ponto 8.1 – Presente proposta de celebração de protocolo de colaboração relativo à realização de formação prática em contexto de trabalho.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, celebração de protocolo de colaboração relativo à realização de formação prática em contexto de trabalho, conforme informação técnica.

Para constar se lavrou o presente Edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

Paços do Município de Alijó, 7 de agosto de 2026

O Presidente da Câmara



José Rodrigues Paredes